

O Partido Político como Organismo Educativo

Roberto Bitencourt da Silva (*)

I

Como se sabe, a educação não se restringe aos meios formais e sistematizados do universo escolar. Em virtude de práticas inerentes à existência humana, como a comunicação, múltiplas formas educacionais não-escolares concorrem para a transmissão e a socialização de saberes, de habilidades, de valores e de hábitos (Dewey, 1936; Severino, 1994; Mészáros, 2005). Instituições que não se dedicam, em sua gênese e em seus objetivos principais e explícitos, a perseguir propósitos educativos, que permitam a influir no comportamento dos sujeitos e a enquadrar suas formas de pensar, sentir e agir exercem, não obstante, um papel pedagógico de relevo nas sociedades contemporâneas. Mídia, associações de moradores, ongs, sindicatos, partidos políticos e demais associações voluntárias, todos estes organismos coletivos, atentos aos seus objetivos mais evidentes e imediatos, contribuem para o processo educativo generalizado. Promovem a transmissão do patrimônio cultural de um agrupamento social às novas gerações e, sobretudo, a construção, resignificação e disseminação de idéias, conhecimentos, costumes e sentidos para a vida.

Dentre as instituições educativas informais e assistemáticas, o nosso enfoque irá privilegiar o partido político. Detentor do monopólio da representação política – o que implica na obrigatoriedade das candidaturas aos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo se fazerem por intermédio da filiação a um partido –, com uma história de aproximadamente dois séculos de existência (Sartori, 1982), os partidos têm sua dinâmica orientada para a conquista do poder do Estado. O que este ator político tem feito com o poder, há tempos, na sociedade brasileira e alhures, tem proporcionado severas e justas críticas à sua atuação, assim como ácidas contestações até mesmo à sua validade nos dias de hoje, como organismo de representação popular¹.

Como instituição que, em linhas gerais, deve possuir algumas diretrizes de ordenamento social, um conjunto de grupos e classes sociais a representar e vontade de realização, o partido

(*) Mestre em Ciência Política pela UFRJ, professor do Isezo/Uezo/Faetec e diretor da secretaria de ensino superior da Associação dos Profissionais de Educação da Faetec.

¹ Ver Holloway (2004).

político caiu em grande descrédito – especialmente os de inclinação esquerdista, em tese dedicados à representação e à satisfação dos anseios das amplas majorias ². Um fenômeno verdadeiramente mundial.

A trajetória da política brasileira, em função do peculiar processo da nossa formação social, sempre conviveu com sérias dificuldades para a criação de partidos nacionalmente fortes ³. Não raro, o que prevaleceu, como ainda hoje facilmente se pode constatar, é o facciosismo travestido de partido político. Os interesses dos clãs familiares, das lideranças regionais e dos chefetes de plantão sempre superaram a preocupação em se criar partidos sólidos, movidos por interesses de alcance coletivo e não apenas pessoal.

Todavia, malgrado as mazelas e as deficiências dos partidos, nenhum organismo substituto se apresenta ainda em condições de exercer a mediação entre a sociedade civil e o Estado, de maneira potencial e socialmente abrangente como eles – sem os riscos de redundar no particularismo corporativista, como os sindicatos, as associações, os movimentos sociais e outras entidades representativas de interesses. Logo, levando em consideração a relevância pública do papel preenchido pelo partido político – que por meio de suas ações, e omissões, interfere decisivamente na vida hodierna dos cidadãos –, o artigo visa a pôr em evidência uma dimensão de relevo em sua essência organizativa: a dimensão educativa, pedagógica. Convencionalmente sobrepujada pela mera busca do poder a qualquer custo, a dimensão educativa se revela (ou já se revelou em tempos idos...) na preocupação em orientar e em esclarecer a população a respeito dos problemas e soluções que lhe afetam, exercitando, articuladamente, a tarefa de expressar e de formar a opinião pública.

Nesse sentido, mobilizamos, como recorte de análise, alguns aspectos importantes da ação política e do pensamento de um dos personagens mais marcantes do trabalhismo brasileiro: o professor, economista e advogado, Alberto Pasqualini (1901-1960). Isto com o intuito de refletir a respeito da dimensão pedagógica da atividade partidária, atualmente posta para escanteio.

² O termo *esquerda* é aqui utilizado no sentido atribuído por Norberto Bobbio (2001), isto é, para designar aqueles partidos, e demais sujeitos políticos, orientados para a materialização contínua do princípio da igualdade, nos terrenos político, econômico, social e cultural.

³ Mui esquematicamente, podem-se acentuar dois fatores remotos influentes: i. a escravidão e os latifúndios isolados, dispersos e incomunicáveis, promoveram, no curso de séculos, a gestação de um ambiente desfavorável ao estreitamento de laços de solidariedade social no Brasil, como ensina Oliveira Viana (2005); ii. outro fator certamente não desprezível, também constituído em longa data, foi a vigência de economias regionais por séculos desarticuladas (cf. Prado Jr., 1988), sob a forma de arquipélagos, como, de um modo e outro, tem reforçado, nas últimas décadas, a hegemonia neoliberal. Com efeito, o limitado espírito gregário e o exacerbado regionalismo consistem em dois antigos entraves à consolidação e à organicidade partidária no País, salvo escassas e históricas exceções.

II

Alberto Pasqualini, revolucionário em 1930, professor de Direito da UFRGS, vereador da Câmara Municipal de Porto Alegre (1936-1937), destacada figura da administração pública do estado do Rio Grande do Sul no curso do Estado Novo, duas vezes candidato derrotado ao governo do Rio Grande do Sul (em 1947 e em 1954), senador da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (1951-1955), era reconhecido por seus correligionários, eleitores e mesmo opositores como o “teórico” do trabalhismo. Assim foi “batizado” por sua vasta erudição e por seus esforços e apelos, no interior do PTB e em seus artigos de jornais, livros e entrevistas, no sentido de dar consistência doutrinária e visibilidade às diretrizes programáticas do partido ⁴.

Em muito auxiliou a delinear os contornos políticos e ideológicos do PTB – que se tornaram mais salientes após o desaparecimento da sua principal liderança, Getúlio Vargas –, com uma pregação reformista e popular, de sabor totalizante. Ao contrário da prática contumaz das lideranças partidárias, e da expressiva parte da intelectualidade, que viceja atualmente priorizando apenas propostas e ações públicas fragmentadas e isoladas, Pasqualini concebia a necessidade de explorar as estreitas relações entre questões e problemas sociais diferentes: inflação, consumo supérfluo e suntuoso, partidos políticos débeis, clientelismo, distribuição progressiva da renda, pleno emprego, reforma agrária etc. Nada disso pode ter um encaminhamento isolado para resolução, é o que informa o seu pensamento. É também o que o senador procurava esclarecer, didaticamente, ao público, com exemplos de fácil acesso à compreensão do homem do povo.

O mais destacado e controverso item da agenda pública brasileira no período anterior ao golpe de 1964, as reformas de base, do governo trabalhista de João Goulart, sem dúvida teve a inspiração intelectual pasqualinista. Uma proposta que acendeu paixões e ódios e está na raiz da deposição do presidente Jango e da instauração do regime militar ⁵. Caracterizadas pelo enfrentamento combinado de múltiplos desafios nacionais, tendo em vista buscar a retirada do País da condição do subdesenvolvimento e da dependência externa, e o seu povo da miséria e da marginalização política e cultural, já no início dos anos de 1950 as reformas de base foram publicamente advogadas por Pasqualini (2001, p. 241-256).

⁴ Cumpre observar que, no tocante à fatia do eleitorado, o PTB se apoiava, majoritariamente, nos votos e nos interesses dos trabalhadores rurais e, principalmente, dos assalariados urbanos e de uma fração das classes médias.

⁵ A respeito das reformas de base do governo João Goulart, consultar Munteal, Ventapane, e Freixo (2006).

O pensamento e a práxis de Pasqualini destoavam radicalmente de uma perspectiva, que domina o atual cenário político nacional, assentada no anseio exclusivo de autoconservação partidária, de manutenção e de ampliação das fatias do poder, mesmo que em desacordo com os objetivos programáticos oficiais – sendo o caso mais extremado o do típico partido clientelístico (Panbianco, 2005), modelo partidário indiscutivelmente hegemônico em nosso País ⁶. Concebendo o partido como um organismo capaz de dar vitalidade e dinamismo à democracia, Pasqualini enfatizava o seu papel socialmente educativo, para além da mera pretensão e disputa eleitoral. Mobilizando o instrumental teórico gramsciano, Miguel Bodea (1992, p. 180) entende que Pasqualini identificava a necessidade de o seu PTB atuar politicamente como o “produtor de uma visão alternativa de mundo e educador das massas, assumindo a sua direção moral e intelectual”. Para cumprir esta tarefa pedagógica, o partido não poderia se aferrar unicamente à lógica imediatista das eleições. É o que veremos na seção que se segue.

III

Encerrando-se o ciclo autoritário do Estado Novo, proliferam no ano de 1945 movimentos e arranjos em torno da sucessão presidencial, estimulando, também por força da lei eleitoral formulada nos estertores do governo Vargas, a criação de partidos organizados nacionalmente. Pasqualini, atento aos horizontes abertos à florescente democracia política brasileira, considerava que o processo de recriação dos partidos, após a supressão ocorrida na ditadura do Estado Novo, estava a revelar um sério obstáculo ao enraizamento das práticas e das instituições democráticas: o desinteresse dos incipientes partidos com a elaboração e a defesa de diretrizes e propostas programáticas. Um grave sintoma do primarismo político e cultural do País: “quase todos os partidos que surgiram em consequência do regresso do País às atividades político-eleitorais, foram improvisações. Os seus programas... não oferecem soluções concretas para os mais prementes problemas nacionais” (Pasqualini, 2001, p. 147). E ainda assinalava:

Depois de escolhidos os candidatos à Presidência da República ⁷, estão as duas correntes tratando de elaborar os respectivos programas. Nada se conhece ainda do seu conteúdo e das tendências... O erro fundamental está em que um programa não deveria ser um simples ato formal, *a posteriori*, para justificar uma candidatura, mas antes cumpriria ser esta a decorrência lógica e natural de um programa... O debate político irrompeu... com o

⁶ Sobre a recente experiência petista, um caso sintomático, consultar Silva (2005).

⁷ O general Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático e o brigadeiro Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional.

lançamento de candidaturas, visando objetivos mais ou menos imediatistas e restritos e deixando à margem os verdadeiros interesses do povo... (Pasqualini, 2005, p. 83-84).

Sem lugar à dúvida, uma mazela que ainda acomete e fragiliza sobremaneira a democracia brasileira, sobretudo em função do personalismo político renitente, que consiste na predominância dos interesses pessoais dos líderes políticos sobre o bem público. Um dilema candente do nosso tempo, observado há décadas e com argúcia por Pasqualini, que também procurava depurar o seu PTB – que evidentemente não esteve imune aos vícios acentuados – e dirigi-lo em um sentido eticamente elevado.

É para isso que temos um partido: para que seja o veículo de uma idéia social, o órgão da manifestação das necessidades e das aspirações populares, para que seja, principalmente, o instrumento político de defesa dos interesses e das reivindicações das classes trabalhadoras... O partido existe para defender uma causa e os mandatos políticos devem ser exercidos em benefício da causa e não em proveito das pessoas. Para aqueles que visam apenas objetivos pessoais à custa da confiança e da boa-fé dos trabalhadores e do eleitorado, as portas do partido devem estar fechadas para entrar e abertas para sair, porque não nos fazem falta alguma. Um partido deve ser um ideário, uma convicção que se transforma em ação, ação doutrinária, ação política, ação administrativa (Pasqualini, 2001, p. 176).

A atuação política, a retórica e a produção intelectual de Alberto Pasqualini revelam uma concepção partidária bastante sintonizada com a interpretação oferecida por Panebianco (2005, p. 22) aos partidos que se relacionam ativamente com o ambiente social e eleitoral: partidos que têm em vista não apenas captar e expressar os reclamos e os anseios do público, mas que também se orientam em um sentido transformador e educativo sobre o mesmo. Um tipo de organismo partidário que não se acomoda às idéias e olhares vigentes, nem se sujeita a servir predominantemente como uma correia de transmissão da sociedade civil ao Estado, e vice-versa. Em sentido inverso, um organismo que atua na direção de mudar certas disposições comportamentais e de pensamento do público, forjando mesmo uma identidade coletiva a ele. Como implicação natural, este tipo de partido não restringe as suas iniciativas ao calendário e à busca pela vitória eleitoral, também consoante à visão de Pasqualini (1954, p. 12):

A função de um partido político é arregimentar a opinião pública em torno de um determinado sistema de princípios, de idéias e de soluções; mobilizá-la, torná-la atuante, dar-lhe força decisória através do voto livre e consciente. No plano psicológico devem, portanto, os partidos políticos desenvolver a sua ação da conquista de consciências – mais importante do que a conquista de votos...

A responsabilidade e a fidelidade com as promessas eleitorais e com as metas econômicas e sociais propugnadas à sociedade são, por conseguinte, traços característicos deste tipo de partido, como se pode identificar na abordagem do senador trabalhista: “o que desejamos são eleitores conscientes e livres e não máquinas eleitorais. É preferível que um partido seja derrotado e desapareça a que se posterguem os princípios pelos quais combate” (Pasqualini, 2001, p. 123). Por extensão, as eleições representam um momento privilegiado, não somente para saciar a gula pela conquista do poder político, mas para também enriquecer a sociedade com as práticas e os hábitos democráticos. Aquelas assumem um singular e elevado papel educativo. A democracia e os seus episódios eleitorais não podem ficar circunscritos ao mero processo ritualístico do voto, um triste ato mecânico e sem vida. Devem, ao contrário, ser lastreados por uma ação partidária pedagógica, que priorize o esclarecimento dos dilemas coletivos e a orientação relativa às suas possíveis respostas e soluções à população:

Nós não pretendemos iludir a quem quer que seja... Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o govêrno; nosso problema é criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos (Pasqualini, 1958, p. 48).

Ademais, o partido na concepção que permeia a trajetória política e os escritos de Pasqualini guarda semelhanças importantes com a interpretação do organismo partidário oferecida pela análise desenvolvida por Antonio Gramsci (2000). O filósofo italiano sublinha a fecundidade da dimensão educativa do partido, na medida em que põe em relevo o seu potencial de galvanizar e de articular uma vontade coletiva, popular, originariamente dispersa. Potencial de ensinar e de esclarecer “àqueles que não sabem”. Ressalta-se, pois, o necessário engenho criativo e a vontade de fazer que deve atravessar o ato educativo levado a cabo pelo partido, mormente um partido de inclinação popular, esquerdista. Foi precisamente nesse sentido que Alberto Pasqualini procurou guiar a ação do seu partido, de corte popular e urbano, que enfrentou, entre outras adversidades, os limites de uma sociedade predominantemente rural, ainda que em acelerado processo de urbanização e de industrialização, e que não permitia o voto do analfabeto – grupo que formava a maioria da população adulta. Ensinar “aos que não sabem” e dar solidez e organicidade ao protesto popular, eis as tarefas elementares de um partido sob o ângulo pasqualinista.

O êxito político e eleitoral das idéias esposadas pelo nosso personagem é facilmente revelado pelas estatísticas eleitorais, do período de 1945 a 1962, marcado por um sensível crescimento do seu partido: no Rio Grande do Sul, terra natal de Pasqualini e estado da federação

em que centrou sua atuação política, também onde o PTB alcançou maior força eleitoral e coesão doutrinária, manteve-se, de acordo com Héglio Trindade (1975), uma dominância trabalhista; traduzida por dados que informam a sua crescente superioridade eleitoral em mais da metade dos municípios, especialmente na região metropolitana de Porto Alegre. O mesmo autor sublinha o elevado grau de fidelidade dos seus eleitores. Na arena política nacional, uma vertiginosa ascensão também ocorreu no período: se tomarmos por referencial o número de cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados, vê-se que o partido obteve, em 1945, 7,7% do total das cadeiras, atingindo a porcentagem de 25,7% em 1962, na última eleição que antecedeu ao golpe civil-militar (Nicolau, 2004). Sem a menor pretensão de atribuir o aludido êxito eleitoral exclusivamente ao esforço doutrinário e educativo pasqualinista, o que seria descabido, chamamos apenas a atenção para o fato de que este esforço, desdobrando-se na gestação de um respectivo *ethos* político-partidário, socializado interna e externamente ao PTB, também teve grande peso. Um êxito eleitoral, diga-se, assentado não apenas em uma retórica reformista, mas em uma ação política e administrativa por esta orientada. Êxito que se coadunava com a vontade de fazer – por maiores que tenham sido as lacunas e as deficiências do PTB –, que estava respaldado pela convergência entre a retórica e a ação partidárias. Convergência insistentemente defendida por Alberto Pasqualini.

IV

Ressalvada a distância do contexto histórico em que o personagem de proa do trabalhismo brasileiro atuou politicamente e desenvolveu suas reflexões, pode-se argumentar, sem receio de incorrer em erro, que a dimensão subjetiva da tarefa pedagógica do partido, acentuada por Pasqualini, é, ainda, inequivocamente relevante em nosso tempo. Necessária, em especial, aos partidos de esquerda, aos organismos partidários que têm em vista perseguir e realizar os interesses das amplas maiorias; àqueles que almejam superar o perverso padrão civilizatório opressivo, injusto e egoísta estabelecido pela hegemonia neoliberal – capitaneada pelo setor financeiro da burguesia nacional e internacional e pelas corporações multinacionais. Isto porque são as classes populares e medianas, nas prevaletentes condições institucionais em que podem se organizar e perseguir a satisfação dos seus anseios materiais e simbólicos, que precisam, além, é claro, de outros organismos coletivos, do suporte representativo e educativo dos partidos políticos. A direita, os grupos e setores que integram a estrutura de poder no País e alhures, como bem lembra Octavio Ianni (2001), esta, já não requer mais o sujeito partidário no centro de organização e de veiculação

das suas idéias, no eixo do exercício educativo e da criação de um consenso, no caso, passivo e apassivador, no seio das massas. Não, a direita deslocou a centralidade do seu organismo partidário e exerce o seu proselitismo sobremodo por meio das instituições da mídia, em particular a televisão, para conformar e persuadir as amplas maiorias aos interesses dominantes. Um fenômeno que se constitui, há décadas, em um poderoso desafio à imaginação criativa e à capacidade política do partido, cada vez mais um órgão que, em termos de importância educativa potencial no campo político, vai se restringindo à esquerda. A realização deste potencial, entretanto, está na dependência do interesse e da dedicação daquilo que hoje ainda se pode chamar de esquerda.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2ª ed., 2001.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HOLLOWAY, John. Partidos políticos? *Margem Esquerda*, São Paulo: Boitempo, n. 4, p. 45-49, out. 2004.
- IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. *Cuestiones Constitucionales – Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, n. 4, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/cuc/cconst04/CUC00401.pdf>
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jacqueline, e FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASQUALINI, Alberto. *As idéias políticas e sociais de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1954.

_____. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

_____. *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*, Pedro Simon (org.). Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 36^a ed., 1988.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UnB, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

SILVA, Roberto Bitencourt da. Notas sobre a identidade política de Luiz Inácio. *Comum*, Rio de Janeiro: Facha, v. 11, n. 25, p. 135-156, jul./dez. 2005.

TRINDADE, Héliogio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. *Os partidos e as eleições no Brasil*, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 154-204, 1975.

Resumo: Considerando o partido político um organismo educativo não-escolar, mobilizamos, como recorte de análise, alguns aspectos relevantes da ação política e do pensamento de um dos personagens mais marcantes do trabalhismo brasileiro, o professor, economista e advogado, Alberto Pasqualini (1901-1960), com o intuito de refletir a respeito da dimensão educativa, pedagógica da atividade partidária, atualmente posta para escanteio na cena política nacional.

Palavras-chave: Educação não-escolar; Partidos políticos; Alberto Pasqualini.

Resumen: Teniendo en cuenta que el partido político es un organismo educativo no formal y no escolar, el artículo aborda algunos aspectos importantes de la acción política y del pensamiento de uno de los más notables personajes del laborismo brasileño, el profesor, economista y abogado, Alberto Pasqualini (1901-1960), con el fin de reflexionar a respecto de la dimensión educativa, pedagógica de la actividad partidaria, hoy en día dejada de lado en la escena política nacional.

Palabras clave: Educación no escolar; Partidos políticos; Alberto Pasqualini.